A PRESENÇA DE BRASILEIROS NO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE PORTO DE AVE (SÉCULOS XVIII A XX)

Maria Marta Lobo de Araújo

A confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave foi criada em 1732. Em 1730, existia na igreja paroquial de S. Miguel de Taíde, concelho da Póvoa de Lanhoso, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário que se encontrava sentenciada à destruição. A precisar de restauro e já envelhecida, esta imagem estava muito deteriorada devido aos "muitos annos […] [que] a tinhão tirado da perfeição que devemos suppor lhe deu o artifice e perito Escultor"[1], que a criou, e por isso, mandada retirar, pelo visitador, que ordenou a sua destruição.

O Concílio de Trento instituiu visitas regulares a todas as paróquias pelo bispo da diocese ou seus delegados, determinando que, pelo menos, de dois em dois anos estas fossem visitadas[2].

Nestas deslocações, os religiosos cumpriam funções específicas de averiguação do culto e análise às igrejas e aos crentes. Entre as várias tarefas a desempenhar cabia-lhes visitar as imagens e analisá-las, mandando retirar as que não fossem de anjos ou santos. A "imagem que pela muita velhice, ou por estar mal feita, ou pintada, lhe pareça mais indecente, que devota: mandá-la-á tirar do altar e enterrar na Sachristia, Igreja, ou lugar escuso e apartado, ou soterrar no adro da mesma Igreja"[3]. Estas eram as ordens contidas nas Contituições Sinodiais de Braga de 1697, para todos os visitadores.

A directiva do visitador da igreja de Taíde encontrava-se dentro do estipulado pelas regras da igreja bracarense e com ela procurava-se uma Igreja mais pura, com imagens que fossem admiradas e veneradas pelos crentes. Uma imagem pouco cuidada não abonaria em favor da Igreja, já que a desmerecia e testemunhava algum desmazelo.

O ímpeto do agente da igreja de Braga foi travado pelo devoto Francisco de Magalhães Machado, mestre-escola e morador no lugar de Porto de Ave da referida freguesia. Este devoto pediu autorização ao citado agente para venerar a velha imagem de Nossa Senhora do Rosário e para a retirar daquele local.

Esta imagem estava já fora de uso e provavelmente já tinha sido substituída por uma outra da mesma invocação.

Depois de muito suplicar, o mestre-escola foi autorizado a levar a imagem da igreja paroquial para sua casa, transportando-a em seus braços e envolta numa toalha. Passados poucos dias, colocou-a numa "rude capella de giestas e

coberta de colmo e algumas telhas que lhe vinham appertando os meninos", no lugar de Porto de Ave. A acreditar na lenda, o lugar era isolado e quase desértico, mas, rapidamente, se transformou num sítio muito procurado pelos peregrinos e devotos[4].

A criação de muitas capelas, igrejas e santuários que engrandeceram o culto mariano, mas não só, esteve em muitos casos associada a lendas, surgindo para exemplo uma narrativa sempre elogiosa do amparo e protecção da Virgem[5]. Em alguns casos, são várias as lendas que se contam sobre um Santuário, ermida ou capela[6].

A acção do mestre-escola foi apenas o começo de uma longa história de milagres atribuídos à Senhora de Porto de Ave. Segundo a lenda, pouco tempo depois de a imagem ter sido levada para casa de Francisco de Magalhães Machado, o mesmo fora surpreendido ao encontrá-la profundamente alterada. A velha imagem tinha-se transformado, estando vermelha, dourada e limpa[7].

Se este foi o primeiro milagre, a lenda relata outros que se seguiram.

Inicialmente, o movimento de devotos era pequeno e as esmolas que traziam eram entregues ao mestre-escola. Depois foi crescendo e com as dádivas dos crentes, Francisco de Magalhães Machado deu início à construção da capela nova, em 1733, tendo, conjuntamente com o seu irmão Carlos, cedido o pedido[8]. O templo ficou pronto em 1735 mas, passados três anos, o mestre-escola pediu uma vez mais licença ao cabido[9] para o remodelar, por este ser pequeno para tantos devotos.

A capela onde fora depositada a imagem era muito pobre, construída pelo próprio Francisco de Magalhães Machado e seus pupilos, mas já nessa altura a devoção era grande sobretudo por parte destas crianças que, cuidadosamente, criaram condições materiais para instalar Nossa Senhora.

De Nossa Senhora do Rosário, a invocação passou a denominar-se Nossa Senhora dos Milagres, devido às graças e favores que os crentes recebiam e também para não se confundir com a adoração que existia na igreja paroquial. Mais tarde, assumiu a designação de Nossa Senhora de Porto de Ave.

Foi fruto da devoção e do dinamismo de Francisco de Magalhães Machado que o culto a Nossa Senhora cresceu em Porto de Ave. Todos os dias o mestre-escola ia à capelinha com os seus alunos cantar, rezar e colocar flores a Nossa Senhora[10]. Práticas que começaram a ser seguidas pelos vizinhos que, muito provavelmente, observavam esta adoração por este pequeno grupo de fiéis. Assim, foi crescendo a devoção a Nossa Senhora dos Milagres, sediada em casa própria, "renascendo como a Phoenix", para acolher e proteger todos que com fé a ela recorriam "como a Porto seguro de salvamento".

Foi, precisamente, este movimento de profunda espiritualidade que levou os crentes a instituírem-se em confraria, em 1732. Com a criação desta instituição procuraram perpetuar e engrandecer o culto a Nossa Senhora dos Milagres do Porto de Ave. Simultaneamente, lançaram mão à construção de um novo templo, pois contavam já com inúmeras ofertas dos devotos[11]. Dois anos passados após a criação da confraria, os irmãos fizeram estatutos e submetem-

-nos à aprovação episcopal, como estavam obrigados. Procuraram munir-se de regras por onde pautassem a sua actuação, criando condições para que a irmandade crescesse. O processo verificado nesta instituição era corrente. Passado pouco tempo de ser erigida, a confraria adoptou estatutos próprios.

Esta devoção cresceu tão rapidamente que, em 1734, "a pobrissima palhoça" em que se encontrava Nossa Senhora dos Milagres foi "substituida por uma solida capela; e esta, decorridos so 20 annos mais, por um magestoso templo com bôas torres, relogio e dous orgãos, e acompanhado de sete capellas para os passos da Senhora, fontes e aquartellamento para romeiros"[12].

Depois de ter erigido a capela, Francisco de Magalhães Machado ficou associado à criação da confraria. Em 1734, assina os estatutos como tesoureiro leigo e o seu irmão Carlos de Magalhães Machado, do lugar de Porto de Ave, é também seu colega de Mesa[13]. Parece tratar-se de um assunto que envolveu a sua família no serviço prestado à instituição.

Os confrades criaram dignidade ao culto, mas ainda não estavam satisfeitos. Passadas duas décadas a pequena capela tinha sido transformada num grande Santuário, com torres, relógio e órgãos. Tinham também edificado sete capelas que dedicaram a Nossa Senhora historiando a sua vida desde a Anunciação até à fuga para o Egipto. Criaram ainda condições de acolhimento aos muitos peregrinos que chegavam, mandando construir casas para romeiros.

Foi à volta da imagem de Nossa Senhora dos Milagres que o Santuário cresceu e se afirmou como local de peregrinação. Duas décadas passadas sobre a criação da confraria, o Santuário recebia peregrinos de quase todo o reino e da vizinha Espanha. Para além desta área geográfica contava com muitos devotos na outra margem do Atlântico.

Foi com os bens e dinheiro trazidos pelos devotos que a confraria iniciou a construção do templo e deu corpo ao estaleiro de obras que se mantém em Porto de Ave durante o século XVIII e no período seguinte.

A adesão ao local e ao culto foi impressionante. Como referem os primeiros estatutos Nossa Senhora "continua suas maravilhas com millagres evidentissimos tais que com elles principiou Templo, e se espera continuarem suntuozas obras fundadas na charidade de seus devotos, e na esperança de que seus servos contribuirão a porção de seu zello, estes convierão em se perpetuar à devoção de Nossa Senhora dos Millagres no Porto de Ave para o que instituem Irmandade à mesma Senhora"[14].

O culto mariano, em crescimento na Europa desde o século XI, foi revigorado na Idade Moderna e expresso através de importantes locais de adoração, alguns vindos já da Idade Média. Enquanto floresciam santuários marianos, afirmavam-se também os santuários cristológicos ou alusivos a santos.

Ao longo da Idade Moderna, surgiram por todo o país novos templos dedicados à Virgem Maria, muitos impulsionados por Ordens Religiosas, como aconteceu com o exemplo de Nossa Senhora da Penha, em Guimarães, associado aos Carmelitas Descalços, enquanto outros estiveram ligados a confrarias que se fundaram para cuidar e engrandecer o culto, como se regista em Porto de Ave.

A vontade de edificar um templo digno do culto venerado e, ao mesmo tempo, o cuidado colocado na imagem da respectiva instituição nem sempre tinham eco nas finanças da instituição. Contudo, à medida que as obras avançavam muitos devotos juntavam-se ao esforço empreendido e participavam com doações.

Poucas destas instituições tiveram um começo tão desafogado. Em pouco tempo a confraria recebeu, por certo, muitos benefícios que suportaram todos os gastos[15].

A história da confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave é interessante não apenas pelo seu começo fulgurante e muito rico, mas também pelo que se passou ao longo dos séculos seguintes. Nas últimas décadas do século XVIII, a instituição entrou num clima de "arrefecimento" e de morte não anunciada provocado por uma quebra nas receitas. Desde os primeiros anos do século XIX que a instituição se encontrava em crise, tendo-se arrastado até às suas últimas décadas. Os confrades ainda tentaram revitalizá-la com a aprovação de novos estatutos em 1873, mas a falta de receitas era tão grave e a queda de inscrições de irmãos também que, em 1886, fundaram uma "nova" confraria. Na verdade, a operação constituiu apenas numa criação simulada, porque a confraria era a mesma. Contudo, aparentemente encerrou-se um ciclo e iniciou-se outro, embora na prática tudo continuasse como anteriormente e a situação da "nova" instituição em pouco diferiu da anterior.

O grande mentor da "nova" irmandade foi frei Florentino de Santo Tomás Ataíde e Brito, tendo proposto a criação de uma comissão para redigir os estatutos. Para a integrar, foram designados por ele próprio os padres Manuel Luís Ferreira Monteiro, Joaquim Baptista de Macedo Ataíde, José Custódio de Oliveira e Castro e o senhor António Joaquim Baptista Vieira. Como se constata, a presença de religiosos é quase total. Entre os cinco nomeados para a integrarem apenas um era leigo. Ora, a criação da irmandade ficou a dever-se a um grupo de seis homens, que assinaram a acta, integrando apenas quatro a comissão de redacção das novas regras.

Presentes desde o início da confraria, os *brasileiros* foram de fundamental importância para a instituição, não apenas porque propagavam o culto, mantendo vivo o seu poder simbólico na América Latina, mas sobretudo pelas esmolas que lhe mandavam.

A presença de *brasileiros* integra uma interessante colónia de portugueses que enviava esmolas e legados para Porto de Ave e, porque mantêm uma forte presença no Santuário, decidimos analisar, ainda que sumariamente, esta emigração.

As crescentes dificuldades económicas, o aumento populacional e o surgimento do ouro e dos diamantes no Brasil, alimentou o desejo da partida e o sonho de mudança fácil e rápida de vida.

Nesta altura, uma grande parte dos *brasileiros* residia em Minas Gerais, local para onde tinham partido com vista à realização de um sonho: o de enriquecer e voltar para Portugal. Muitos nunca o conseguiram concretizar, mas outros fizeram a *torna-viagem,* passados muitos anos.

A percentagem dos que retornaram ricos não era muito elevada quando comparada com a modesta situação vivida pela maioria. Contudo, deu vigor à ideia de grandeza, poder e riqueza, que alguns ostentavam, alimentando o imaginário sobre um Brasil que potenciava bem-estar a todos os que lá chegavam.

A corrente migratória para o Brasil começou logo no século XVI, tornando-se mais forte no período seguinte. Porém, foi nos séculos XVIII, XIX e XX que se registaram os maiores fluxos de gente para o Atlântico Sul.

O maior contingente de migrantes partiu do Noroeste de Portugal, da região do Minho, procurando sair de uma situação que lhes era muito desfavorável. Foram ainda empurrados pela pressão demográfica[16]. O forte crescimento demográfico e a possibilidade de beneficiar um herdeiro em desfavor de outros, levou a que muitos homens e as próprias famílias perspectivassem o Brasil como ancoradouro dos que não participavam na sucessão. O ingresso na carreira eclesiástica, a saída temporária para Castela, Lisboa ou Alentejo constituíram outros mecanismos utilizados pelos "excluídos da herança"[17].

Uma das actividades a que estes portugueses se entregaram foi a da lucrativa produção da cana. A produção açucareira do Brasil terá começado a florescer na segunda metade do século XVI e intensificou-se no período seguinte, graças às boas condições que reunia o Nordeste. "O Recôncavo da Bahia e a várzea de Pernambuco tinham não só os solos apropriados como grandes áreas de massapé, mas também, as vantagens dos rios [...] que forneciam a água e a energia para as fábricas, proporcionando um transporte fácil até ao porto"[18]. Ao Nordeste juntaram-se outras regiões. Em finais do século XVII, o Rio de Janeiro contava 600 engenhos de grande porte, participando também na exportação deste produto[19].

Os lucros auferidos no comércio foram em muitos casos aplicados na compra de engenhos, servindo a actividade comercial como trampolim para outra função mais rentável[20].

Este comércio dominou o mercado europeu até meados de Seiscentos, período a partir do qual os problemas internos com a ocupação e a expulsão dos holandeses terão prejudicado esta economia[21].

Era uma actividade muito lucrativa que envolvia um volume grande de mão-de-obra, constituído à base de escravos africanos e de afro-brasileiros. Rapidamente, suscitou interesse aos portugueses que começaram a procurar as terras de Vera Cruz, tornando-se senhores de engenhos e envolvendo-se noutras actividades igualmente rentáveis.

Durante o século XVIII, os portugueses que se encontravam no Rio de Janeiro desempenharam um papel de relevo nas diferentes actividades comerciais, destacando-se como pequenos retalhistas ou negociantes de grosso trato[22].

Associada à produção açucareira estava a criação de gado em propriedades de grande dimensão. O esforço financeiro para entrar nestas actividades era enorme e obrigou muitos donos de engenhos a recorrem ao crédito.

Uma grande parte dos *brasileiros* referia viver em Minas Gerais, particularizando, em alguns casos, o lugar onde assistiam.

Logo que as minas foram descobertas, o caudal de homens que partiu para o Brasil foi imenso e integrou não apenas leigos, mas também sacerdotes. De tal forma esta derrama foi sentida na sociedade portuguesa que D. João V teve necessidade de a impedir, cerceando a partida.

Depois da "febre" do ouro, Minas Gerais perdeu a capacidade de mobilizar tantos emigrantes e São Paulo atrai também poucas gentes desta região. Mas cresce em importância o Rio de Janeiro, para onde muitos portugueses se deslocaram, ocupando múltiplas profissões.

Desde sempre que os emigrantes portugueses no Brasil enviaram esmolas a Nossa Senhora de Porto de Ave.

Logo que o Santuário começou a ter fama, surgiram esmolas do Brasil, testemunhando a presença de muitos homens desta região na colónia sul americana e a sua ligação a Porto de Ave. Em 1736, "já havia uma bôa porção de dinheiro vindo do Brasil"[23].

As ofertas eram quase sempre em dinheiro, mas houve também quem enviasse ouro e mantos para Nossa Senhora.

A dedicação aos mais pobres, a participação em actos de beneficência e a dádiva de fundos para igrejas, capelas e altares foram correntes num certo tipo de *brasileiros*, que preferiu estas acções para se tornar reconhecido[24].

A chegada de dinheiro cumpria múltiplas finalidades. Muitos foram os casos de defuntos que não conseguiram cumprir a promessa feita a Nossa Senhora em vida. Deixaram, no entanto, essa tarefa aos seus testamenteiros e/ou familiares que assumiam a responsabilidade de fazer com que sua alma descansasse em paz.

Nem sempre as ofertas chegavam ao Santuário pela mão dos que fizeram as promessas. No caso dos *brasileiros*, a oferta foi geralmente mandada por familiares ou amigos, gente que vinha para o país de origem e trazia a obrigação de "pagar uma promessa" feita por outro. Várias vezes essa obrigação foi efectuada por um terceiro. Esta situação registou-se quando o que regressou ficou na capital onde tinha casa e negócios, pedindo a um intermediário que residia ou vinha ao Norte que honrasse o seu compromisso. Em 1764, chegou uma oferta de "uns brincos de ouro com aljofres, os quais entregou seu procurador Pedro Martins Gonçalves, testamenteiro do defunto sargento-mor António da Costa Cardoso, da cidade do Porto". Esta oferta tinha sido mandada por Manuel da Costa, morador no Rio de Janeiro.

Em 1789, o sargento-mor João António da Silva, testamenteiro de Gabriel João da Silva, enviou por Manuel de Oliveira Santos 12 800 réis, em "satisfação do determinado pelo testador em seo testamento"[25]. Geralmente, era o testamenteiro quem honrava o legado, mas quando não o podia fazer servia-se de um intermediário, fazendo com que o dinheiro chegasse ao seu destino.

Era prática corrente a redacção dos testamentos ser efectuada pouco tempo antes da morte, para se determinar as últimas vontades, respeitantes ao funeral, aos legados pios e à herança. Tratava-se de um momento importante, que servia para fazer um balanço da vida e regular o *post mortem*. Aqui se expressavam todos os desejos, se evidenciavam sentimentos, se subentendiam amarguras, se

acertavam contas e se deixavam transparecer arrependimentos. Neles se confessava o receio do momento da passagem, referindo-se que temiam a morte porque sabiam do julgamento que ocorreria perante Deus[26].

O estabelecimento de sufrágios perpétuos em conventos, irmandades, paróquias e Misericórdias tornou-se igualmente corrente por parte dos *brasileiros*. Transferiram importantes somas de dinheiro para estas instituições como meio de suporte dos seus legados, tornaram-se contribuintes activos, proporcionando interessantes obras de acção social, de promoção educacional e de remodelação e apetrechamento das próprias instituições.

Devido ao processo, nem sempre foi fácil o dinheiro chegar e levava algum tempo até ser entregue no templo. Era necessário encontrar a pessoa certa, esperar pela sua viagem ou mesmo aguardar que outro servisse de intermediário. Vejamos o caso de um benfeitor, morador em Minas Gerais, que mandou, em 1794, entregar 7 130 réis. Deu o dinheiro ao tenente Leandro de Faria Leite, que por sua vez se serviu do capitão António Francisco Guimarães para o fazer chegar a Porto de Ave[27]. Os processos eram morosos e com frequência envolviam várias pessoas.

Todos os que optaram por esta dádiva eram do Minho e na sua maioria escolheram portadores também vizinhos. Desta forma, pensavam estar assegurada a entrega, uma vez que com mais facilidade os portadores se deslocariam até Taíde, não apenas para cumprir a obrigação que transportavam, mas também para agradecer graças pessoais e rever o Santuário onde tinham ido várias vezes.

Os benfeitores de Porto de Ave ocultaram geralmente as razões da sua piedade, tornando-nos quase sempre incapazes de conhecer o benefício que agradeciam. Todavia, Narciso Martins da Costa Guimarães, residente na cidade da Bahia, enviou, em 1792, 622 500 réis a Nossa Senhora, por Domingos Martins da Costa, da cidade do Porto, em cumprimento de "uma promessa que lhe tinha feito pello bom sucesso dos seus negocios". Ordenou que este montante fosse aplicado "numa lampada de prata que de pezo e feitio absorber se a dita quantia"[28]. Ou seja, o benfeitor exigia que toda a sua dádiva se gastasse no cumprimento desta vontade. Homem de negócios e bem sucedido, Narciso Martins da Costa Guimarães agradecia, desta forma, o seu bem-estar. Pelo mesmo portador mandou mais 16 000 réis, sem os vincular a nenhum fim específico[29]. Esta foi uma esmola invulgar. Mais nenhum outro benfeitor doou um montante que se aproximasse. Era necessário ser muito rico para despender tanto dinheiro.

O gesto deste homem de negócios foi comum aos bem sucedidos, que através das suas acções não apenas exibiam a sua condição de homens ricos como engrandeciam algumas instituições religiosas e de assistência. Actos de filantropia e de solidariedade social foram igualmente praticados por este grupo de homens[30].

Alguns dos *ex-votos* existentes no museu de arte sacra do Santuário reportam-se também a certos homens que partiram para o Brasil, materializam o medo de alguns viajantes, a fé na Virgem e o agradecimento de muitos *brasileiros,* frequentemente alegando casos de doença.

"Eu Antonio Jose Pinto Brandão natural da cidade de Guimarães, residente no Imperio do Brazil achando me infermo de molestia ao peito e deitando sangue pela boca e apegando me com a Milagroza Senhora de Porto d'Ave, ella fez o Milagre que tanto eu ansiava, tendo prometido oferecer a sera logo que chigase a Portugal e ser lhe dado em sera ou em dinheiro o que comferi e quero que a dita esmola seja aplicada para obras…"[31].

A quantia era de 24 000 réis e o doador exigiu que fosse aplicada com o fim que declarou. Foi uma doença grave que, em 1861, aproximou António José Pinto Brandão do Santuário de sua devoção[32].

Noutros casos, a finalidade do dinheiro foi associada a gastos com cera ou com missas cantadas.

Há ainda casos que se reportam a temporais no mar. Gente que estava de partida para o Brasil, para a região de Pernanbuco, ou regressava da América portuguesa e conheceu as tempestades do Atlântico. O agradecimento que João António de Castro, de Taíde, deixou no século XIX, pormenoriza os dias da tempestade. Depois de 12 dias de intempérie, o devoto invocou a protecção da Virgem de Porto de Ave e, de imediato, o temporal "abonançou". Como manifestação do seu agradecimento, em 1848, deixou em seu testamento 20 mil réis para o Santuário. Também Simão Pereira do Lago, da freguesia de São Romão da Carvalhosa, conheceu a irritação do mar, em 1753, quando entrava na barra de Lisboa. Este devoto de Nossa Senhora invocou o acontecimento num *ex--voto* que lhe dedicou, em 1753. Em 1787, aquando da sua morte, mandou-lhe de Vila Rica, Brasil, 89 600 réis para obras[33]. Estas manifestações de agradecimento, constituem testemunhos de ligações fortes que não se perdiam, embora já tivessem passado muitos anos, sobre a partida para a colónia portuguesa da América.

O agradecimento que João António Carvalho fez através da sua pintura mandada para Porto de Ave dizia respeito a uma situação de doença. Este homem que vivia em Ouro Preto, Minas Gerais, estava enfermo de "hua grande malina" e sentenciado à morte pelo cirurgião. Valeu-lhe o recurso à Virgem que lhe deu "saúde perfeita".

Também José Joaquim Gonçalves e sua mulher Maria Gonçalves, eram moradores no "Império do Brazil". Temendo serem infectados pela cólera, imploraram a protecção da Virgem porque desejavam vir para sua casa fora de perigo. Recebida a graça, o casal ofereceu "um bom vestido para a Senhora, um lustre de vidro, compor o Orgão e completar a capela do Menino entre os Doutores". A recepção de tão grande graça levou estes fiéis a comparticipar obras numa capela dos calvários e no Santuário e a realizar algumas compras para o mesmo. Os *brasileiros* recordavam Porto de Ave em situações de aflição. A travessia do Atlântico e a doença constituíam os maiores temores. Por isso, colocavam a sua vida nas mãos da Virgem da sua terra e aguardavam a sua protecção[34].

Todo o século XIX foi muito difícil para a irmandade. Em finais deste período, as dívidas acumularam-se e não se vislumbravam soluções para retirar o Santuário do "marasmo" em que se encontrava.

Em 1867, o défice era de 239 000 réis, facto que levou o governador civil de Braga a recomendar que o mesmo fosse "morto pela receita ordinaria do futuro anno economico e pelo producto d'uma subscripção que o actual capellão promove no Império do Brasil"[35]. Este peditório que o religioso Caetano José da Cruz Barros diligenciou junto de familiares e amigos no Brasil surtiu alguns efeitos. A solução encontrada foi pedir junto de conhecidos no Brasil, ajudando-o a realizar algumas obras e a não agravar o défice.

Assinala-se, contudo, a dificuldade em angariar receitas, bem como o expediente utilizado para facturar novos ingressos. Esperava-se que futuramente o défice fosse amortizado não apenas com as verbas do ano económico, que se sabiam serem sempre pequenas, mas sobretudo com uma verba que viria do Brasil. Também na confraria se nota, especialmente a partir do século XIX, a esperança da chegada de dinheiro do Brasil, aguardando-se que ele solucionasse os problemas da instituição.

A estratégia utilizada pela confraria de Porto de Ave foi comum neste período. Outras instituições seguiram o mesmo método para conseguirem fundos que lhes permitiram obras de remodelação. No século XIX, as Ordens Terceiras do Porto lançaram campanhas de angariação de fundos junto dos emigrantes portugueses no Brasil para prosseguirem com as obras que tinham em curso. Serviram-se de elos de ligação, normalmente, dos próprios irmãos, para mais facilmente chegarem aos benfeitores[36].

Se nos séculos XVII e XVIII, o Brasil alimentou muitos sonhos de vidas melhores, no século XIX esperava-se em Porto de Ave que o mesmo resolvesse os problemas financeiros da instituição e promovesse os melhoramentos que a mesma estava impossibilitada de realizar.

Em 1874, com o "terreiro novo" pronto e as capelas em obras, era necessário fazer chegar água das capelas até ao terreiro. Soube deste empreendimento D. Amélia Francisca da Costa Cabral, residente no Rio de Janeiro, a qual mandou 219 300 réis, em 1878, em cumprimento de uma promessa feita pelo seu defunto marido. O dinheiro chegou vinculado às obras já iniciadas "no grande incanamento da nova agoa derigida ao novo terreiro entre as Capellas dos Doutores e fugida para o Egipto"[37]. O montante chegou em boa hora e com ele se procedeu a um novo impulso nas alterações sofridas por este espaço de culto. Fica-nos, porém, a dúvida sobre o conhecimento apresentado por esta senhora sobre o estado das obras. Teria ela mantido contactos anteriores com a confraria? Ou saberia do andamento das obras através de familiares? Independente da fonte da notícia, realça-se a importância dos *brasileiros* nas benfeitorias que patrocinaram neste e em muitos outros santuários[38].

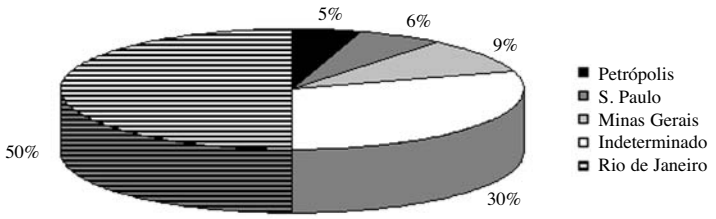
A Porto de Ave chegaram também esmolas que se prendiam directamente com a imagem de Nossa Senhora. Foram vários os devotos que deixaram dinheiro para aquisição de mantos novos, de tal forma que a dádiva chegada do Rio de Janeiro, em 1785, para um manto foi aplicada em obras que estavam em curso, em função da Senhora "ter Mantos sufficientes"[39].

Em 1926, a confraria recebeu uma esmola de 100 escudos de um benfeitor, residente no Rio de Janeiro, embora natural da freguesia de Arosa. Este devoto mandou ainda um manto para Nossa Senhora que o próprio arcebispo do Rio escolheu.

A oferta de paramentos, mantos, alfaias litúrgicas, jóias com pedras preciosas foi muito corrente. Os *brasileiros* procuravam engrandecer a instituição a que estavam ligados, muito frequentemente da sua terra ou de terras vizinhas, sua conhecida, associando o seu nome a acções de melhoramento e de promoção. Estes gestos ficavam, normalmente, assinalados com a sua inscrição como irmãos beneméritos e/ou com retratos que a confraria mandava fazer, perpetuando a sua memória[40].

Os livros de registo existentes para os finais do século XIX e para o século XX possibilitam analisar os *brasileiros* já não apenas como doadores mas também como membros da instituição. Mesmo longe, estes portugueses mantinham-se ligados a uma instituição, que muitos nunca chegaram a conhecer.

Gráfico 1: Distribuição geográfica dos irmãos emigrantes no Brasil (1903)



Fonte: ACNSPA – *Livro de registo dos irmãos*, 1903, fls. 8-8v.-78v.

O gráfico 1 regista a morada dos *brasileiros* inscritos na confraria, em 1903. Trata-se de uma síntese feita pelo secretário no ano assinalado, embora muitos se tenham alistado antes. Sabemos também que até 1929, os portugueses residentes no Brasil continuaram a ingressar como confrades.

A análise do gráfico permite constatar que metade dos inscritos residia no Rio de Janeiro.

Só esta cidade recebeu 75% da emigração total portuguesa entre 1870 e 1874[41].

Estudamos em particular a residência dos irmãos *brasileiros*, de ambos os sexos, e como se demonstra no gráfico, o maior número habitava nesta altura no Rio de Janeiro[42].

Assinala-se também o número de indeterminados, gente de quem não se conhecia a morada. Embora distantes, estes devotos da Virgem de Porto de Ave mantinham-se interessados em integrar o corpo de irmãos.

Quem eram estes *brasileiros*? O livro de matrículas possibilita conhecer o perfil destes confrades. Normalmente, alistava-se o casal e os seus filhos ao

mesmo tempo ou outros membros da família que estavam no Brasil. José Ribeiro Guimarães, homem de 59 anos, casado e proprietário, residia em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1888. Alistou-se com seu irmão Joaquim Ribeiro Guimarães, também casado, proprietário, de 46 anos e igualmente residente em Ouro Preto, Minas Gerais. No mesmo dia foi registada D. Joaquina Clara Guimarães, casada, de 33 anos, proprietária e moradora em Ouro Preto, Minas Gerais[43]. Esta senhora seria esposa de um dos mencionados, mas o seu marido não foi identificado.

Embora os casos registados sejam de pessoas casadas, muitos que se alistaram na irmandade de Porto de Ave eram solteiros. Em 1887, foram integrados Maximiliano Joaquim de Almeida, Constantino Joaquim Vieira, Manuel José Alves e António Ribeiro da Silva, todos solteiros e negociantes. Os três primeiros mantinham-se no Brasil, mas António Ribeiro da Silva já tinha regressado e morava em Braga[44].

Sobre muitos *brasileiros* não foi referida a proveniência geográfica, mas sabe-se que alguns eram dos concelhos da Póvoa de Lanhoso, Braga e Guimarães. Quando regressavam iam frequentemente viver para Braga, onde instalavam a sua vida e mantinham negócios com o Brasil.

Como a vinda a Portugal não ocorria muitas vezes, aproveitava-se algum amigo ou familiar que vinha ao país para fazer a matrícula de todos os que desejassem. Era o transportador da incumbência que fornecia os dados, os quais eram passados para os livros, registando-se juntamente todos os *brasileiros*. Joaquim Gomes de Castro, natural de Taíde e residente no Rio de Janeiro, inscreveu-se em 1899, conjuntamente com sua mulher Josefa Lucas de Castro e a sua filha Leocádia Gomes de Castro[45].

Neste mesmo ano, alistou-se o visconde de Taíde, natural da freguesia de Taíde e residente no Rio de Janeiro, tendo-lhe sido facultada a entrada gratuíta em "signal de respeito". Também sua esposa ingressou gratuitamente por ser benemérita[46]. A entrada deste homem interessava à irmandade. Tratava-se de uma pessoa rica da terra que a prestigiava e, simultaneamente, podia contribuir para patrocinar melhoramentos. Por isso, e por "respeito", os mesários decidiram incorporá-lo no rol de irmãos.

Todos os casos que foram integrados como membros eram homens e mulheres de posses que desempenhavam actividades lucrativas e/ou tinham alcançado sucesso na sua vida de emigrantes. Ligados pela sua crença a Porto de Ave, mantiveram-se também recordados pelo significado das suas dádivas, constituindo um capital simbólico muito importante para a confraria. Os gestos que, simultaneamente, procuravam salvar a alma do benfeitor, ao associar o seu nome a um acto público reconhecido e ao recordá-lo eram também colocados no rol mais estreito dos *melhores* beneméritos.

O envio de esmolas, o "cumprimento de promessas", a participação financeira em melhoramentos e a invocação da graça recebida nos *ex-votos*, conferiu uma forte presença aos *brasileiros* no Santuário. Marcas perpetuadas nos livros de registo, nos retratos, que se ostentavam na sala dos benfeitores e na

memória dos confrades, fazem recordar a comparticipação deste grupo, que os confrades invocavam sempre que necessitavam para angariar novas esmolas e outras comparticipações destes beneméritos.

FONTES

ACNSPA (Arquivo da Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 1734) – *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora dos milagres do Porto de Ave na freguezia de Sam Miguel de Thaide concelho de Lanhozo*, fl. 1 e 6.

ACNSPA (1772-1795) – *Este livro ha de servir pera nelle se assentarem todas as esmolas de dinheiro e peças de ouro, prata e mais trastes*, fl. 126, fl. 210, fl. 236v.

ACNSPA (1774-1888) – *Este livro ha de servir para o reverendo cappelam administrador Manuel Francisco Mattos que actualmente para os mais que renovo e entrarem, e servirem alguas esmolas particulares e alguns prometimentos com applicação de obras certas e especificadas para este Santuario de Nossa Senhora de Porto de Ave*, fl. 16, fl. 20, fl. 35, fl. 39.

ACNSPA (1886-1942) – *Este livro ha de servir para matricula dos irmãos da confraria de Nossa Senhora de Porto d'Ave erecta na freguesia de S. Miguel de Thaide do concelho da Povoa de Lanhoso*, fls. 29-30, fls. 78-78v, fl. 198v, fl. 203v.

ACNSPA (s.d) – *Livro do recebimento do dinheiro…*, fl. 172v.

ACNSPA (1903) – *Livro de registo dos irmãos da confraria*, fls. 8-8v.-78v.

ACNSPA (1886) – *Projecto de estatutos para a confraria de Nossa Senhora de Porto d'Ave*, fl. 2.

ACNSPA (1886-1892) – *Tera de servir este livro para n'elle se escripturar a receita e despesa do Santuario de Nossa Senhora de Porto d'Ave*, fl. 4v.

Constituiçoens *Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos Noronha no anno de 1639 e mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrisimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Hespanhas em Janeiro de 1697*, 1697, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes.

BIBLIOGRAFIA

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado (1997), *Os senhores da terra: famílias e sistema sucessório entre os senhores do engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*, Campinas: Centro de Memória-UNICAMP.

CARVALHO, Joaquim Ramos de; PAIVA, José Pedro (2001), "Visitações", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa: Círculo de Leitores.

CAVALCANTI, Nireu (2004), *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade. Da invasão francesa até à chegada da Corte*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

COUTINHO, João António Rodrigues de Azevedo (2005), *Descrição do Santuário e Romaria de N.ª S.ª do Porto de Ave*, S.l., Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave.

DURÃES, Margarida Pereira Varela (2000), *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX),* vol. I, Braga: Universidade do Minho.

FERREIRA, Manuel José V. (1994), "Santuário de Nossa Senhora da Fé (Castelães, Vieira do Minho)". *Theológica*, II série, vol. XXIX, fasc. 2.

FRAGOSO, João (2001), "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e da sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII)", in *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)*, org. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvea, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo (2001), "Negociantes, Mercado Atlântico e Mercado Regional. Estrutura e dinâmica da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1812", in *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, org. Júnia Ferreira Furtado, Belo Horizonte: Editora UFMG.

LAGES, José Manuel Gonçalves da Silva (1998), *A Confraria de Nossa Senhora do Carmo, a sua influência no Vale do Este e o papel dos "Brasileiros*", Braga: Universidade do Minho.

LEAL, Pinho (1876), *Portugal Antigo e Moderno. Dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, VII Volume, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia.

LOPES, Maria Antónia (2001-2002), "Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho de Meda (1889-1896)". *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV.

PUNTONI, Pedro (2004), "As guerras no Atlântico Sul: a Restauração (1644-1654)", in *História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores.

RODRIGUES, Henrique (2000), "Análise à emigração para o Brasil através dos livros de recenseamento militar". *Cadernos Vianenses*, tomo 28.

SÁ, Isabel dos Guimarães (2000), "Misericórdias, Portugueses no Brasil e *Brasileiros*", in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

SCHWARTZ, Stuart (1998), "A 'Babilónia' colonial: a economia açucareira", in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores.

SERRÃO, Joel (1982), *A emigração portuguesa*, 4.ª edição, Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, Francisco Ribeiro da Silva (1998), "Brasil, *Brasileiro*s e Irmandades/Ordens", in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

SOARES, Franquelim Neiva (1997), *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Braga, Universidade do Minho/Governo Civil de Braga.

VIEIRA, José Augusto (1887), *O Minho pitoresco*, tomo I, Lisboa, Livraria António Maria Pereira.

NOTAS

1 ACNSPA, 1734, fl. 1.

2 CARVALHO e PAIVA, 2001: 365-369.

3 Constituiçoens *Sinodais do Arcebispado de Braga*…, 1697: 480.

4 ACNSPA, 1886, fl. 2.

5 SOARES, 1997: 554-556.

6 Para o Santuário de Nossa Senhora da Fé (Castelães, Vireira do Minho) contam-se duas lendas. Uma delas passa-se também com uma criança e descreve acção protectora de Nossa Senhora a uma jovem que estava perdida na neve, sem conseguir encontrar o caminho para casa, sendo a Virgem Maria que a iluminou e a colocou na direcção da sua morada (FERREIRA, 1994: 311-319).

7 VIEIRA, 1887: 509.

8 COUTINHO, 2005: 20-22.

9 Entre 1728 e 1741 a igreja bracarense viveu um período de *Sede Vacante*.

10 ACNSPA, 1886, fl. 2.

11 ACNSPA, 1734, fl. 1.

12 ACNSPA, 1886, fl. 2.
13 ACNSPA, 1734, fl. 6v.
14 ACNSPA, 1734, fl. 1v.
15 As fontes para este período são escassas e não permitem avaliar com segurança os legados recebidos.
16 SERRÃO, 1982: 107.
17 SÁ, 2000: 119.
18 SCHWARTZ, 1998: 214.
19 FRAGOSO, 2001: 31.
20 BACELLAR, 1997: 110.
21 PUNTONI, 2004: 283-288.
22 Alguns destes negociantes mantinham relações comerciais com o reino e com África (CAVALCANTI, 2004: 75-76).
23 LEAL, 1876: 555.
24 VIEIRA, 1887: 772.
25 ACNSPA, 1772-1795: fl. 126.
26 DURÃES, 2000: 62.
27 ACNSPA, 1772-1795: fl. 236v.
28 ACNSPA, 1774-1888: fl. 20.
29 ACNSPA, 1772-1795: fl. 210.
30 SILVA, 1998: 138.
31 ACNSPA, 1774-1888: fl. 35.
32 RODRIGUES, 2000: 95-108.
33 ACNSPA, s.d: fl. 172v.
34 Esta situação foi corrente. Muitos emigrantes portugueses no Brasil recorreram aos santos que conheciam bem num momento particularmente difícil das suas vidas para implorarem a sua protecção.
35 ACNSPA, 1866-1892: fl. 4v.
36 SILVA, 1998: 142.
37 ACNSPA, 1774-1888: fl. 39.
38 Para a confraria e Nossa Senhora do Carmo, concelho de Vila Nova de Famalicão, ver LAGES, 1998: 139-182.
39 ACNSPA, 1774-1888: fl. 16.
40 LAGES, 1998: 343-345.
41 LOPES, 2001-2002: 393.
42 Desde finais do século XVIII que o Rio de Janeiro era uma praça dinâmica em termos comerciais e não apenas com o reino, mas também com o estrangeiro (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001: 155-177).
43 ACNSPA, 1886-1942: fls. 78-78v.
44 ACNSPA, 1886-1942: fls. 29-30.
45 ACNSPA, 1886-1942: fl. 198v.
46 ACNSPA, 1886-1942: fl. 203v.